



Transição política no Brasil: a grande imprensa e a institucionalização da “abertura” ao final da ditadura militar (Folha de São Paulo e Isto É, 1974-1985)

REINALDO LINDOLFO LOHN*

A longa transição política brasileira obedeceu a limites estabelecidos por uma ampla negociação. Diferente da queda de regimes congêneres, a redemocratização brasileira não foi um processo abrupto e pareceu muito mais com uma institucionalização, passo a passo, de acordos que estabeleceram a agenda, o calendário e o ritmo das mudanças adotadas, em relação aos quais o processo político amoldou-se. Nessas condições, a grande imprensa exerceu um papel destacado, ao constituir-se como agente político que participou da elaboração do conjunto de temas e da afirmação dos principais personagens envolvidos na trama narrativa da chamada abertura e redemocratização e atuar no âmbito da definição de uma temporalidade que deveria reger a transição.

A imprensa constituiu-se em peça central da construção de um repertório discursivo e de uma memória pública que acentuou o protagonismo de determinados grupos e instituições, num processo de elaboração de uma narrativa histórica que exerceu influência sobre os agentes políticos e sociais envolvidos na trama que levou à montagem de um sistema político pretensamente democrático no Brasil. Pretende-se explorar possibilidades teóricas que permitam discutir a narrativa política da democratização brasileira, um processo geralmente situado a partir de 1974, quando teria ocorrido o “anúncio” da distensão política por parte da ditadura militar.

O foco da investigação em andamento é o jornal *Folha de São Paulo* e a revista semanal *Isto É*, veículos que ganharam importância ao privilegiarem a análise dos debates políticos que envolveram governo e oposição na virada das décadas de 1970 e 1980. Sob a bandeira da defesa da chamada opinião pública, a imprensa veio a transformar-se num dos vértices do triângulo ainda composto pelo regime e o sistema partidário, o que delimitaria o campo no interior do qual atuaram os agentes políticos com legitimidade para ocupar uma esfera pública. As negociações que envolveram o sistema político brasileiro e a valorização das eleições como forma de institucionalizar o regime, ocuparam um lugar de destaque nas páginas dos grandes órgãos de imprensa. Afastar qualquer possibilidade de ruptura ou de que

* Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutor em História (UFRGS). Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq (Ciências Humanas).

a extinção ditadura militar resultasse de agudos conflitos sociais e políticos foi, desde sempre, um objetivo dos acordos que tramaram o aporte institucional e as bases sociais que asseguraram a hegemonia liberal sobre a transição para os marcos de um novo regime político.

A transição, assim montada, procurou limitar o processo de democratização brasileiro às disputas eleitorais e aos mecanismos institucionais derivados dos acordos conduzidos entre o governo, representado politicamente pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional — posteriormente, PDS: Partido Democrático Social) e a maior parte da oposição que se abrigava sob a legenda do MDB (Movimento Democrático Brasileiro — posteriormente, PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro), além de outros partidos políticos criados depois de 1979. Sabe-se que a mídia jornalística apresenta-se como uma das instâncias organizadoras do social e, ao narrar e atribuir significados, angaria legitimidade como uma das estruturas definidoras do que deve ser lembrado ou esquecido.

No tempo presente, as mídias conduzem uma fabricação permanente de novidades, na forma de acontecimentos, que tende a organizar e classificar nossa vivência da temporalidade. Nora acentua que não se trata mais do acontecimento que fora subsumido pela historiografia que predominou em boa parte do século XX, mas um outro tipo de acontecimento, construído nos marcos da sociedade de massas e de seus meios de comunicação.

Como segunda dimensão a ser destacada, deve-se observar que, ao imporem imediatamente o vivido como História, os meios de comunicação de massa também atuam na elaboração de uma escrita própria da História, que antecede a elaboração historiográfica e lhe estabelece, inclusive, limites e possibilidades. Quantos são os momentos em que coube às próprias mídias nos afirmar que vivíamos uma situação digna de registro histórico? Quantos foram os momentos em que coube às mídias afirmar marcos que diferenciaram tempo passado e tempo presente? Nesse sentido, os meios de comunicação organizam a temporalidade vivida por meio da oferta de uma narrativa que é diariamente compartilhada simultaneamente por diferentes estratos da sociedade, individual ou coletivamente. Cada jornal, cada telejornal ou cada revista propõem uma coleção de eventos dignos de registro e que serão memoráveis e constroem imediatamente um acervo de notícias que conformam acontecimentos.

Tais questionamentos podem e devem ser levados em consideração para aprofundar a compreensão da recente redemocratização brasileira, após um período de mais de duas

décadas de uma ditadura militar. Cabe acentuar que o regime autoritário imposto com o golpe de 1964 não interrompeu, pelo contrário, tomou medidas que intensificaram as possibilidades de um mercado de bens culturais no Brasil e, assim, ensejou a melhoria do desempenho dos grandes empresários do setor. Em vários ramos da indústria cultural, houve a exploração de possibilidades inovadoras e as políticas oficiais de estímulo e financiamento à produção cultural não cessaram, mas obviamente adquiriram o sentido de um dirigismo que pretendia acentuar traços e valores que estivessem de acordo com os ditames do regime.

Tampouco a ditadura fechou completamente as possibilidades de exercício político, posto que deveria assegurar na administração pública os espaços e cargos necessários para suprir as demandas dos agentes civis que lhe davam sustentação. Um sistema partidário foi imposto. De todo modo, por mais restrito que fosse, o regime procurava mover-se segundo uma “lógica liberal” (TRINDADE, 1985), com a manutenção limitada de instituições pretensamente representativas da sociedade, especialmente o parlamento, o judiciário e a imprensa, as quais, ainda que precariamente, funcionaram mesmo sob a vigência do Ato Institucional Número 5 (AI-5), imposto em 1968, quando as possibilidades de defender-se do arbítrio dos militares tornou-se impraticável para os que se opunham abertamente.

Pierre Nora (1988: 181-188) considera que os meios de comunicação de massa tendem alimentar “uma fome de acontecimentos”, o que impõe “imediatamente o vivido como História”. Há duas grandes dimensões na importância dos meios de comunicação de massa em nosso tempo: o pretense papel de intermediárias entre a superinformação e a subinformação e a elaboração de um discurso narrativo preditivo e ordenador da temporalidade. Estes dois elementos foram manejados na grande imprensa brasileira a partir de meados da década de 1970, em uma intensa atividade para constituir-se como parte dos acontecimentos que marcaram o processo que ficaria conhecido como de redemocratização de nosso sistema político.

A *Folha* até então, não fora um ator de peso no conjunto da imprensa brasileira. Fundada em 1921, a empresa jornalística apresentou a *Folha da Noite* e, quatro anos mais tarde, a *Folha da Manhã*. Em 1949 houve a criação da *Folha da Tarde*. A unificação dos jornais sob o título *Folha de São Paulo* ocorreu no início de 1960. Depois de diversas fases e configurações diferentes de proprietários e diretores, a empresa passou ao comando definitivo de Octávio Frias de Oliveira em 1962. Em 1967 a *Folha da Tarde* voltaria a circular e, depois

de um período de relativa diversidade na cobertura, logo passaria a ser um dos principais órgãos de imprensa a contribuir com o aparato repressivo (KUSHNIR, 2004: 315). Em paralelo, inovações administrativas e tecnológicas aumentaram a participação da *Folha de São Paulo* no mercado, o que logo redundaria em maior influência editorial junto ao público, principalmente nos anos de 1970 sob o comando de Cláudio Abramo, na redação. A partir daí, o jornal ganhou prestígio e capacidade para participar do processo político em curso. As ambiguidades de um jornal que se pretendia liberal, mas que praticava a autocensura na redação fazem parte do conjunto da própria grande imprensa brasileira, cujas relações privilegiadas com o poder político e as redes empresariais estão ainda por deslindadas. No relato mais comum de sua História, a Folha registra que “não agradava a gregos nem a troianos”, quando teve dois veículos de sua frota queimados por militares de grupos clandestinos de resistência à ditadura (MOTA; CAPELATO, 1981: 200-208).

Em 1974, o General Ernesto Geisel faria o pronunciamento que se tornaria em um dos marcos da chamada redemocratização. No dia 29 de agosto, após acentuar a necessidade do partido oficial promover uma “eficiente motivação política do povo brasileiro” e exaltar as qualidades do sistema bipartidário, o tom foi o de uma advertência: frisou que não aceitaria “pressões indevidas” dos que pensavam “poder apressar” alterações no regime por meio de um “jogo de pressões manipuladas sobre a opinião pública e, através desta, contra o governo”. Tais pressões apenas serviriam para “provocar contrapressões de igual ou maior intensidade, invertendo-se o processo de lenta, gradual e segura distensão, tal como se requer”, o que geraria um clima de “crescente polarização e radicalização intransigente, com apelo à irracionalidade emocional e à violência destruidora”. Também acentuou que realizava um “pronunciamento oficial esclarecedor” diante de diferentes manifestações “sobre o momento político brasileiro, largamente difundidas e comentadas pela imprensa”. O governo aceitava debates e discussões sobre a “problemática política” para a “institucionalização do ideário da Revolução de 64”, mas repeliu “campanhas reivindicadoras” que pretendessem “forçar mudanças e revisões inconvenientes, prematuras ou imprudentes do quadro político nacional”. Alertou ainda que o regime permanecia atento às “minorias subversivas”, contra as quais os “órgãos de seguranças” permaneceriam atuantes, rigorosos e duros, “mas sem excessos condenáveis” e “violências inúteis”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 30/08/1974, p. 1).

A fala do General-Presidente quanto à institucionalização do regime (e não o de uma transição democrática) trouxe um elemento a ser destacado: o reconhecimento da interlocução com setores políticos por meio da imprensa e da opinião pública. Chamado a negociar, o governo apresentou suas condições, das quais, como várias análises posteriores demonstraram, pouco abria mão. A institucionalização envolveria interlocutores aceitos entre aqueles com acesso a um espaço público que teria a imprensa como baliza. A *Folha* avaliou que o pronunciamento de Geisel enquadrava o “desenvolvimento da situação política brasileira dentro da escala gradualística [sic]” (FOLHA DE SÃO PAULO, 30/08/1974, p. 3).

No plano internacional, em meados de 1974 o noticiário também trouxe à tona a questão da democracia. A “Revolução dos Cravos” pôs fim à ditadura salazarista em Portugal e o “vento democrático” de Lisboa soprava nas páginas do jornal brasileiro. As notícias da queda de Marcelo Caetano e o papel das Forças Armadas portuguesas no processo, faziam referência à polícia política, a presos políticos e partidos proscritos, assuntos que não faziam parte do noticiário nacional dada a colaboração com o regime autoritário brasileiro (FOLHA DE SÃO PAULO, 27/04/1974, p. 1).

O ano não terminaria sem que o partido da oposição obtivesse uma “surpreendente e expressiva votação” (FOLHA DE SÃO PAULO, 17/11/1974, p. 1) nas eleições parlamentares. Despontaram então no interior da oposição os chamados emedebistas “moderados”, os quais planejavam que a liderança do partido fosse exercida por Tancredo Neves, o que não agradava os setores mais jovens e combativos (FOLHA DE SÃO PAULO, 02/06/1974, p. 3).

É perceptível que, nas páginas do jornal, o debate político encontrava espaço e os temas que envolviam o processo eleitoral ganhavam importância, tanto para o governo, cioso em granjear legitimidade para a ditadura, quanto para a própria oposição, que passava a ver nos mecanismos possibilitados pelo regime uma das poucas alternativas para disputar a opinião popular. O Deputado Federal Alceu Colares chegou a sugerir que ambos os partidos abrissem oficialmente a campanha eleitoral com “uma apresentação conjunta na televisão” de modo a “motivar o eleitorado” e debater abertamente o “modelo econômico brasileiro e suas implicações no plano social” (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/08/1974, p. 4).

Juntamente com a afirmação de sua condição de intérprete, a imprensa mostrava-se como parte de um sistema de representação política que pretendia definir a agenda da

democratização. Tal condição adviria do aprofundamento das liberdades democráticas, como ocorria em países que serviam de exemplo a ser alcançado. Para Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman (2006: 76), a crescente rejeição à censura criou “condições para o afastamento da mídia em relação aos militares e para maior aproximação dela com os jornalistas que lutavam pela liberdade de imprensa”. Por algum tempo, empresas e jornalistas perceberam-se parte de um mesmo campo e desenvolveram noções próprias que acentuavam sua influência e importância no âmbito político. Para Marcos Napolitano (2002: 145-162), “a ‘linguagem dos direitos’ parece ter norteado o discurso jornalístico do período, em que pese os diversos matizes ideológicos”. O engajamento na “questão democrática” contribuiu para que a imprensa obtivesse legitimidade social, pois “o que realmente estava em jogo era consolidação da hegemonia liberal no processo imediato de transição, o que foi plenamente atingido”.

Dois anos depois, surgiu no mercado de publicações da imprensa brasileira a revista *Isto É*. Publicada pela Editora Três, empresa fundada em 1972 pelo argentino naturalizado brasileiro, Domingo Alzugaray, a revista *Isto É* veio a público em 1976, sob a editoria do jornalista Mino Carta, que recentemente havia deixado, em meio a controvérsias, a revista *Veja*. É possível a identificar nas páginas das primeiras edições da revista, a construção de elementos da narrativa que comporia a compreensão do processo de redemocratização e que deveria ser apresentada ao público. *Isto É* era inicialmente uma revista de colunistas e de especialistas. Embora sua tiragem não pudesse ser comparada à revista *VEJA*, que dominava o mercado desde o início da década, dada sua condição de circular entre jornalistas e os assim chamados “formadores de opinião”, as posições da revista naquele momento são relevantes.

A edição de estreia da revista *Isto É*, em Maio de 1976, trouxe um artigo de Marcos Sá Corrêa que destacava: as eleições de 1974, quando o MDB, havia obtido uma surpreendente vitória na composição do Congresso Nacional, tornaram “todas as próximas [eleições] definitivamente mais estimulantes”. Se, até então, a única emoção despertada no “público” dizia respeito à expectativa sobre se os sufrágios efetivamente ocorreriam, depois daquele resultado surpreendente, “mudou tudo”.

Derrotas eleitorais da ARENA, a partir dali, poderiam significar interrogações no “programa político” de Geisel e seu compromisso com a distensão e a “normalidade”. Com as eleições, o General desejava “manter em suas mãos as rédeas” do processo político. Percebe-

se, assim, a consciência de que a redemocratização pela via das eleições pressupunha um processo lento e controlado de transição, interpretação corrente na época entre analistas como Bolivar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso, citados pelo articulista. Estava posto que as eleições não deveriam apontar para rupturas: caso contrário, poderiam indicar riscos ao tramado da redemocratização.

Meses depois, o colunista Villas-Bôas Corrêa notava que a imprensa contribuía para tornar a chamada distensão anunciada por Geisel “um fato, uma realidade acima da dúvida, abstração transmutada pelo passe de mágica das esperanças, no concreto e no palpável” (Isto É, Agosto de 1976). O articulista afirmava que apenas a “imaginação criadora” poderia perscrutar o porvir, “suprir os vazios e fincar as estacas do provável”. Com muito esforço, havia sido possível, “agregando, somando, juntando, costurando, amalgamando os materiais recolhidos”, levantar intenções e “colocar de pé, um tanto troncho e desengonçado, o boneco da distensão”. Advertia que este se tratava apenas de uma “silhueta recortada ao lusco fusco” e sem “traços nítidos”.

Está aí a descrição da junção de um conjunto de fragmentos esparsos com os quais a imprensa e o conjunto das mídias formavam conjuntos na forma de fatos noticiosos que viriam a configurar o acontecimento distensão e, de modo mais abrangente, a abertura e a redemocratização. A distensão e a abertura constituíram-se, desse modo, no novo tipo de acontecimento a que se refere Pierre Nora, configurado pelos meios de comunicação de massa de nosso tempo.

Gestos e movimentos de governo e oposição formavam uma trama passível de interpretação, sendo que à imprensa coube a posição de identificar e autenticar os passos dos agentes considerados fundamentais para a abertura. Um círculo pequeno de atores ganhava relevância e a estes as atenções deveriam estar voltadas. As indiscrições e as informações esparsas, dotavam a imprensa do papel de decifradora do tramado político e dos códigos distinguíveis, num “jogo sutil e pleno de negaças e escaramuças”. Daí o “recurso da hipótese”, que passava a ser o meio para fazer chegar ao público a interpretação do processo político e a narrativa de seus desdobramentos (Isto É, Out. 1976, p. 16).

Naqueles anos, mesmo entre marchas e contra-marchas, como se dizia na época, e aqui deve ser referido o Pacote de Abril de 1977, a grande imprensa acompanhou detidamente as iniciativas e arranjos das invectivas do governo ditatorial para moldar um processo de

transição que não pusesse em riscos as bases do poder estabelecido. Enquanto isso, a oposição ganharia legitimidade nas páginas de jornais e revistas, a partir de um programa de ação comum entre a maior parte da oposição e setores cada vez mais amplos da grande imprensa.

Ao longo do período ganhou importância, ainda que lentamente, o embate entre estatização e privatização, a partir da identificação de propensões nacionalistas no governo do General Geisel. Na edição de junho de 1976, o Senador Magalhães Pinto, um dos principais conspiradores que atuaram no golpe de 1964 via na expansão do Estado “perigosos germens totalitários”. Nessa discussão, era acompanhado por um contingente de empresários que se manifestaram publicamente contra o intervencionismo estatal e chegariam mesmo a referir-se criticamente ao “modelo político autoritário”, num momento de desaceleração do crescimento econômico.

A estatização da economia e o AI-5 apareciam nessas narrativas como elementos inter-relacionados. Estado e sociedade civil, esta representada por entidades autônomas, são descritos como elementos antitéticos no conjunto das frágeis condições de “institucionalização política da sociedade brasileira”.

Estava em jogo “a consolidação da hegemonia liberal no processo imediato de transição” (NAPOLITANO, 2002: 154-158). Em 1980 o articulista Raymundo Faoro notaria que “há liberais e liberais, lê-se em todo o curso histórico do liberalismo brasileiro, debaixo de cujo manto ideológico, se desenvolve o processo chamado de abertura.” (ISTO É, Mar. 1980, p. 15). Ao longo do tempo, com a consolidação de um calendário eleitoral e a aceitação consensual, entre as forças políticas predominantes, de um ritmo para o processo de abertura, as discussões sobre erros e acertos do regime conduziram paulatinamente à associação entre autoritarismo e mecanismos estatais de intervenção na economia. Uma prédica liberal ganhou as páginas de jornais e revistas, como solução para a crise que se arrastava desde o fim do chamado “milagre econômico” e, em especial, com o descontrole inflacionário e a crise da dívida externa, no início dos anos de 1980. Em artigo publicado em 1984, Edmar Bacha mostrava-se preocupado com as negociações em andamento entre o Ministro do Planejamento Delfim Netto e o Fundo Monetário Internacional. A questão central seria a necessária confiança a ser adquirida pela equipe econômica junto às instituições financeiras internacionais, por meio de aumento de juros e austeridade fiscal. A perspectiva seria “a capitalização de 100% dos juros devidos nos próximos três anos”. (ISTO É, 04/01/1984, p.

43). Sabia-se que, nos Estados Unidos, o Presidente Ronald Reagan dava sequência ao conjunto de medidas que, segundo o relato da revista, arrancavam aquele país do “estado de pessimismo e introspecção em que fora lançado na década de 70” e, assim, “amputar três quartos do índice de inflação que herdou do governo Jimmy Carter” (ISTO É, 04/01/1984, p. 42).

A grande imprensa empresarial, na condição de cronista e elaboradora dos registros políticos de então, contribuiu para a definição de marcos divisórios entre passado e presente e apontar o futuro, além de sublinhar interlocutores e analistas do processo, por meio de um agenciamento narrativo junto à chamada oposição liberal à ditadura militar e, mesmo, aos governantes que, embora sob um regime autoritário, buscaram legitimidade social.

A condição de intervir na agenda do processo de redemocratização e de, pretensamente, suprir a subinformação da chamada opinião pública, não seria abandonada pela grande imprensa brasileira. Além de atuar no mercado da informação, grandes jornais, revistas e emissoras de televisão, reiterariam, a partir da legitimidade adquirida durante a redemocratização, ao longo dos anos seguintes até nossos dias, sua participação, às vezes decisiva, na estruturação de um sistema democrático restrito à representação política, pouco permeável à participação popular e, mais diretamente, na afirmação de personagens e grupos políticos favorecidos pelas narrativas que constroem.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: ABREU (Org.) **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: Editora FGV: 2006. p. 67-93

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores - do AI-5 à constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de São Paulo: 1921-1981**. São Paulo: Impres, 1981.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura e poder no Brasil contemporâneo**. Curitiba: Juruá, 2002.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 179-193.

TRINDADE, Hégio. Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822/1945). In: ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHWARZER, Jorge (orgs.). Assim renascem as democracias. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 46-72.